

III



SINGULARIDADES E RESERVA INDÍGENA NA BAIJA DA TRAIÇÃO

Sumário: 3.1. Estrangeiros, massacre e deslocamento. 3.2. Aldeamentos, grilagem de terras e coqueiral. 3.3. Comportamento e economia na reserva indígena. 3.4. Cultura, carnaval e monumentos históricos.



Localizado entre os atuais municípios de Mataraca ao norte, Marcação ao sul, Rio Tinto a oeste e o Oceano Atlântico a leste, Baía da Traição constitui o principal centro indígena, não só do litoral norte, mas da Paraíba e um dos mais importantes do Brasil.

Como vimos, anteriormente, os estoques potiguaras ali já se encontravam, antes do descobrimento do Brasil, o que gerou versões como o dos observadores de Américo Vespúcio, trucidados na praia, por mulheres indígenas, em 1501. Para alguns, o topônimo Baía da Traição derivaria daí. Os agentes desses acontecimentos seriam os nativos potiguaras, albergados no litoral, em contraposição aos da serra de Cupaoba, mais para o interior. Tais grupos indígenas, e não os tabajaras, foram os primitivos senhores da Paraíba, com população de aproximadamente vinte mil habitantes.

3.1. Estrangeiros, massacre e deslocamento – A História da Paraíba começou, através do contato dos estrangeiros com os potiguaras, na Baía da Traição.

A essa região vieram ter, inicialmente, corsários franceses, em busca da madeira tintorial do pau-brasil. Feitorias e fortins de madeira chegaram a ser levantados pelos peirós antes de os portugueses os desalojarem.

Logo em seguida chegaram os holandeses, também repelidos. Como ao contrário dos franceses, simples flibusteiros, os flamengos dispusessem de projeto de dominação para todo o Norte do Brasil, foram esses que, em 1624, provenientes da Bahia, capturaram os potiguaras Pedro Poti e Antônio Paraupaba que, aculturados na Holanda, posteriormente voltaram, para liderar os indígenas favoráveis aos flamengos, nas tentativas de dominação nordestinas.

Com essa finalidade, os holandeses que trouxeram pastores, para ajustar os nativos ao calvinismo, chegaram a realizar assembleias indígenas em Itapessirica, nas vizinhanças de Goiana, em Pernambuco. Embora o grosso desses colaboracionistas fossem tapuias – os índios com que os holandeses dos aventureiros Jacó Rabí e Roulox Baro melhor se compuseram – é certo que contingentes potiguaras também participaram dessas reuniões.

Antes, ainda no século XVI, os potiguaras da serra da Cupaoba foram duramente combatidos e massacrados pelos portugueses de Feliciano Coelho que lhes impuseram a paz armada de

1599. Arrancados de suas aldeias sertanejas – e sertão significava o que se encontrava atrás do litoral – os potiguaras migraram para o Rio Grande do Norte e também para a Baía da Traição onde já se encontravam os irmãos de sangue. Estes distribuíram-se pelas aldeias relacionadas no primeiro capítulo, do Galego a Lagoa do Mato.

As demais aldeias – Caieira, Lagoa Grande, Camurupim, Tramataia, Jacaré do César, Jacaré do São Domingos, Silva, Silva Belém, Crupiúna, Brejinho e Estiva Velha – reuniram os grupos potiguaras que migraram para a região de Rio Tinto, onde ainda se encontram, como mestiços das povoações desses nomes.

3.2. Aldeamentos, grilagem de terras e coqueiral

– As colocações acima explicam como em Baía da Traição localiza-se a única reserva dos índios potiguara existente no Brasil. Suas aldeias encontram-se sob a jurisdição da FUNAI.

“Na povoação ‘Forte’ onde há séculos existiu uma das mais antigas fortificações do Brasil, está instalado o Posto Indígena Potiguara, diretamente ligado à Terceira Delegacia Regional da FUNAI, com sede no Recife. Esse posto é responsável pela administração geral da área pertencente à reserva potiguara.

As terras da reserva pertencem aos Potiguaras desde 23 de novembro de 1700, através de um Alvará do Rei de Portugal e confirmado em 04 de junho de 1703”.

Isso, todavia, não evitou o principal problema da área, representado pela grilagem das terras indígenas.

Detendo-se sobre o problema, individualmente, e em combinação com o procurador Luciano Mariz Maia, o antropólogo e professor universitário Frans Moonen estudou a questão, tanto do ponto de vista administrativo e jurídico, quanto cultural.

Juridicamente, os sucessivos decretos imperiais sobre a matéria evidenciam que a demarcação das terras indígenas estava sendo violada. Tanto é assim que, por ocasião da visita do Imperador Pedro II a Mamanguape, em 1859, os potiguaras da Baía da Traição conseguiram de S. Majestade a convalidação de sesmária, diminuída, só em 1983, de 13.500 hectares.

A problemática estava, pois, longe de ser resolvida não só porque, com o advento da República, Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) revelaram leniência, como porque, a partir de 1924, com a edificação da cidade industrial de Rio Tinto, emergiu novo agente, responsável por sensível agravamento da questão – a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRTR).

A ação desta revelou-se tão nociva que, em 1930, o Presidente João Pessoa tentou contê-la, mediante decreto combinado com o SPI. A iniciativa frustrou-se com a morte de Pessoa, anteriormente empenhado em desarmar os temíveis vigias da Fábrica.

Outra autoridade que agiu firme na área foi o cineasta Linduarte Noronha. Diretor do IPHAEP, de 1970 a 90, envidou esforços em prol da preservação do rico coqueiral da Baía da Traição.

3.3. Comportamento e economia na reserva indígena – Depois de repensar a questão indígena no Brasil em Pindorama Conquistada (1983), Frans Moonen voltou-se para o problema cultural da reserva indígena da Baía da Traição em **Os Índios Potiguara de São Miguel de Baía da Traição: Passado, Presente e Futuro** (1989).

Vítimas de doenças para as quais não possuíam antídotos, os potiguaras tiveram seus padrões de conduta descaracterizados, visto como “da cultura indígena nada sobrou”. Em proveito do português, o idioma tupi praticamente desapareceu, o mesmo acontecendo com afamada dança – o toré – permeada de “fortes influências da música popular não indígena, regional”.



Conforme ainda o antropólogo Moonen, “sem terras e sem território próprio, os potiguaras estão destinados a desaparecer”. Essa questão das terras perde-se na noite dos tempos, visto como esses grupos étnicos, escravizados, perderam-nas, em seguida às invasões holandesas, como castigo, pela aliança com esses celebrada.

De 1923 a 1943, 1966, 75 e 88, a demografia indígena, até então em descenso, pareceu ressurgir, mas novas contradições afloraram. A economia nativa, baseada em produtos como milho, batata, feijão, jerimum e amendoim, declinou, não só pelo desmatamento resultante de madeira para carvoaria, como pela ocupação dos tabuleiros costeiros, utilizados pela cana de açúcar de empresas industriais como a AGICAN. Dessas áreas vai desaparecendo a mangaba.

Os Índios Potiguara de Francisco Moonen contestam o campesinato pesqueiro potiguar sustentado por dissertação de mestrado do antropólogo P.M. de Amorim. Isso porque, com a disseminação do turismo e a desordenada distribuição de terrenos pela Prefeitura, a orla praiana da Baía da Traição viu-se ocupada pelas residências dos veranistas que cortaram o acesso dos potiguaras ao mar. Da pesca fluvial também não se tem notícia.

Enfim, documentos do século XX, inclusive o famoso relatório Baumann, foram deturpados para

propiciar o entendimento de que “Os Potiguara já não existem mais e que, portanto, as terras por eles ocupadas são de domínio público”.

Dentro desse quadro, enquanto alguns caciques se aparceraram com particulares para enriquecer, mediante concessão de terrenos e mão de obra indígena, oficiais da Polícia Militar e sacerdotes instalaram verdadeiros feudos em terras públicas sob as vistas complacentes da FUNAI e a omissão da Igreja cujas pastorais não ultrapassaram o nível das palavras.

3.4. Cultura, carnaval e monumentos históricos –
Esta a razão por que a original cultura potiguar da área encontra-se ameaçada. É certo que o coco de roda, as lapinhas, cirandas e nau catarineta ainda sobrevivem.

Da mesma forma, “os festejos de Nossa Senhora da Penha – comemorados no segundo domingo do mês de janeiro; a festa de São Pedro, no dia 29 de junho, organizada pelos pescadores, com procissão marítima bastante concorrida; a festa de São Miguel – o padroeiro dos Potiguara – celebrada, atualmente na vila São Francisco, no dia 29 de setembro, com muita animação, assim como os festejos de Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro”, tal como especificado pela historiadora local Maria das Neves Padilha do Prado Freire.

Esta também não esquece lendas como a da bela potiguara Ionatá que morreu de saudades por seu amado Mair, vítima de um naufrágio.

Ocorre, porém, que a principal manifestação cultural da Baía da Traição de nossos dias, onde a carpintaria e o artesanato virtualmente sumiram, é o carnaval. Neste, um dos principais blocos intitula-se “As virgens de Campina Grande”.

A denominação inspira-se na realidade de balneário frequentado pelos visitantes de Campina Grande, Guarabira, Mamanguape, Rio Tinto e Natal.

Essa clientela vê-se principalmente atraída pelas praias de Baía da Traição propriamente dita, Cardosa, Tambá, do Forte, Trincheira e Coqueirinho. Desativado farol que outrora orientava os navegadores. E ruínas da Igreja de São Miguel que emprestava nome à localidade, por isso São Miguel da Baía da Traição. Provavelmente edificado pelos jesuítas em fins do século XVI, esse templo não foi recuperado pelos que preferiram edificar nova Igreja com esse nome. Baía da Traição dispõe ainda da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha, em pleno funcionamento.





***Ruínas da Igreja de São Miguel.
Construída no fim do Século XVI - pelos jesuítas***



Nova Igreja de São Miguel



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha



Foliões no carnaval da Baía da Traição

IV



RIO TINTO: DAS POVOAÇÕES MISTIÇAS À CIDADE INDUSTRIAL E ATUAIS PROJETOS

Sumário: 4.1. Heterogeneidade étnica e cidade industrial. 4.2. Especificidades e autarquismo feudal. 4.3. A reação à fábrica e o quebra-quebra. 4.4. A questão da terra e a cana de açúcar. 4.5. Os novos projetos e o futuro de Rio Tinto.



Após perseguidos pelos colonizadores, os índios potiguaras da Baía da Traição irradiaram-se em duas direções.

Enquanto uns ali permaneceram, não ultrapassando os limites do futuro município, onde fixaram seus aldeamentos, outros foram mais longe, buscando o vizinho Rio Grande do Norte, por isso terra potiguar.

Ao fazê-lo, cruzando o rio Camaratuba, distribuíram-se pela zona do rio Vermelho, onde se localizaram as já consideradas povoações, de Caiena a Estiva Velha.

4.1. Heterogeneidade étnica e cidade industrial

– Esses índios de Rio Tinto não dispunham da homogeneidade de seus irmãos da Baía da Traição.

Etnicamente heterogêneos, rapidamente fundiram-se com a população local, para constituir os povoados arrolados no terceiro capítulo deste estudo. Nesse contexto, tornaram-se mais mestiços que índios propriamente ditos. Por isso, Rio Tinto distingue-se de Baía da Traição. Embora pertencente ao litoral norte da Paraíba, não se trata de comunidade indígena mais enraizada.



Igreja de Monte-Mor, Vila Regina, Rio Tinto-PB

*Estátua do Fundador de Rio Tinto-PB, Cel. Frederico João Lundgren
e a Igreja Matriz Santa Rita de Cássia - Rio Tinto-PB*



Em razão disso, não foram os índios que transitaram para o Rio Grande do Norte ou permaneceram na região do rio Vermelho, constituindo povoados, que ofereceram a fisionomia de Rio Tinto.

Essa derivou do grupo germânico – porque sueco-dinamarquês – Lundgren, do velho Herman Theodor, e filhos Arthur e Frederico, que, vitoriosamente sediado no município pernambucano de Paulista, decidiu estender suas atividades têxteis até Rio Tinto.

Adquirindo a preços irrisórios os territórios do antigo engenho da Preguiça, os Lundgrens consolidaram seu império cotonicultor.

Em sete anos, entre 1917 e 24, também favorecidos pelas generosas concessões do governo paraibano de Camilo de Holanda (1916-20) os proprietários das Casas Pernambucanas erigiram, através gigantesca movimentação de homens, máquinas e material, verdadeira cidade fabril.

Nessa, tudo lhes pertencia – olaria para fabricação de tijolos, usinas de força, caixas d'água, sistema de captação do rio Vermelho para resfriamento das caldeiras, serrarias, oficinas mecânicas e de fundição, bicicletários, oficinas com gerências para o pessoal de serviço, pavilhões têxteis, campos de futebol e vaquejada, duas Igrejas, sendo uma adquirida em Monte-Mór e outra edificada em Rio Tinto, hotel, caieiras, estradas, ruas e pinguelas, escola, posto de higiene e hospital, casa das frutas, cinema, cemitério,

campo de aviação, dotado de hangar e estação de passageiros, clubes sociais e de tênis, chalés, vivendas estilizadas e ajardinadas, orquidiários, vilas operárias, postos de gasolina, loja de tecidos e até um porto de mar equipado com barcaças, e uma pequena ferrovia de cinco quilômetros, puxada a locomotiva, também da Companhia.

4.2. Especificidades e autarquismo feudal – Alguns desses equipamentos, responsáveis por comunidade empresarial de mais de vinte mil empregados em população de trinta e cinco mil habitantes e a segunda ou terceira arrecadação do Estado -, impuseram especificidades.

O gigantesco conjunto de chaminés do pavilhão central teve de ser cortado para redução da altura de trinta e cinco metros. O cinema Orion, com mil e seiscentos lugares, tornou-se o maior do Estado, e o cemitério, localizado numa das extremidades da cidade, correspondia a uma das entradas desta e por onde somente se passava, mediante identificação. No auge da dominação, a CTRT, com seus vigias armados, controlava rigorosamente a circulação pela localidade.

O campo de aviação gerou mitos como o do guarnecimento por baterias anti-aéreas nazistas, mas o porto de mar, entroncado com a navegação de barcaças, ao longo do rio Mamanguape, era real, e servia tanto para importação das tintas

Idatren, destinadas ao tingimento de tecidos, como para exportação desses. Já a ferrovia tinha por finalidade transportar madeiras da energia térmica e pedras para as construções do enclave econômico. Por seu turno, as lojas de tecidos pertenciam às Casas Pernambucanas, como braço comercial da Companhia de Tecidos.

Esta, inobstante sua feição industrial, inseria-se em complexo de relações algo feudal em que o controle da terra avultava saliente. Como os territórios do primitivo Engenho da Preguiça fossem palustres, a Empresa de Tecidos tratou de adquiri-los para disseminação de eucaliptos – os eucaliptos da fábrica – e para, após a secagem do terreno, plantio de fruteiras como jaqueiras, mangueiras e fruta-pão. Os arrozaís prosperaram a seguir, graças à fertilidade das terras.

Dentro desse quadro, os horários passaram a adiantar os relógios para otimização dos trabalhos divididos em três turnos – a fábrica não parava, salvo cinco vezes ao ano.

Emancipando-se da Mamanguape histórica e patriarcal, do outro lado do rio, a jovem e promissora Rio Tinto – leia-se a correspondente empresa deste nome – logo impôs seus padrões de dominação, independentemente do regime administrativo que comportava. Quando o Presidente Getúlio Vargas a visitou, em setembro de 1933, seus dirigentes orgulhosamente dispensaram a Prefeitura de Mamanguape a que, institucionalmente, se

subordinavam. O titular desta, bacharel Sabiniano Maia, limitou-se a soltar foguetões, quando da passagem do Chefe da Nação, pela sede do município, a caminho de Rio Tinto...

4.3. A reação à fábrica e o quebra-quebra – É claro que, nessas condições, tudo que porventura surgisse se voltaria contra a fábrica. Foi o que aconteceu, na área política, onde, a partir dos anos cinquenta, integralistas de Francisco Nogueira e comunistas de José Gomes da Silva, embora em rígida oposição, mobilizaram-se contra a CTRT que, no início da década seguinte, perdeu o controle dos Sindicato de Fiação e Tecelagem e Prefeitura Municipal. Ambos passaram, então, às mãos do sr. Antonio Fernandes de Andrade, o Bolinha, que se deslocara da extrema direita do PRP para a esquerda do PSB.

A histórica dominação da Fábrica de Tecidos gerou o ocorrido logo depois da Segunda Guerra Mundial, em pleno centro da cidade, a 18 de agosto de 1945. Insuflados pelo advogado José Mousinho e proprietário Afrísio Baltar, os operários da Fábrica que, pelas 17 h. deixavam o trabalho, começaram a saquear a cidade onde, no dizer dos oradores da porta do bar do hotel, se homiziavam “os que haviam perdido a guerra na Europa mas continuavam a mandar aqui dentro”.

Após depredações nas proximidades da empresa cujas instalações foram preservadas pelo Tiro de Guerra do Exército da localidade, a massa saqueou

o palacete dos Lundgrens, na Regina. Neste, dizia-se que Hitler se hospedaria após vencer a guerra no velho continente (sic).

O episódio evidencia os descontentamentos gerados pela férrea dominação da CTRT. Esta ampliou-se quando, pelos anos cinquenta, os Lundgrens, premidos pelo arcaísmo tecnológico de seu parque industrial, montaram discutida nova unidade têxtil na Regina, e se apropriaram das reservas indígenas de Montemor.

4.4. A questão da terra e a cana de açúcar – O problema da terra então aguçou-se como fato novo da História Social de Rio Tinto.

Tal se verificou porque, segundo o antropólogo P.H. de Amorim, as relações dos índios com a Companhia de Tecidos foram inicialmente satisfatórias. Estas, porém, se deterioraram quando a CTRT principiou a ampliar seus domínios em busca de madeira para as fornalhas.

A partir dos anos quarenta do século passado, choques com os índios amestiçados multiplicaram-se. Nessa década, os representantes do SPI, Dustan Miranda e Tubal Fialho Viana, tiveram de agir com energia, em defesa do patrimônio ambiental e nativo.

Mesmo assim, a Companhia permaneceu na ofensiva. Quando, em 1977, os universitários do curso de História da UFPB, sob orientação do Grupo José Honório Rodrigues, visitaram a Baía da Traição,

o diretor do Posto da FUNAI anunciou que, a certa altura, “a Companhia já apontava no rio Estiva que limita o interior da Baía com a faixa balneária”.

Dos anos setenta, preparando-se para encerrar suas atividades, a CTRT começou a diminuir a pressão. Isso, todavia, não melhorou a condição dos caboclos porque despontaram então as destilarias – AGICAN, Jacuípe e Miriri – que, acobertadas pelo Proálcool, incentivaram maciçamente a plantação de cana de açúcar.

As faixas agrícolas desta, em regime de monocultura, ficaram então no lugar da CTRT, sem qualquer melhoria para a qualidade de vida das populações rurais rio-tintenses, descendentes dos antigos potiguaras.

4.5. Os novos projetos e o futuro de Rio Tinto

– Com a Fábrica de Rio Tinto fechada e o maciço deslocamento do operariado têxtil para o sul do país, pelo princípio dos anos noventa, Rio Tinto viu-se, a partir da década de oitenta, com novos problemas para o emprego de sua população.

Uma das eventuais saídas reside no turismo que deve ser encarado, em bases integradas, para a extremidade da região norte do Estado. Há que se considerar, nesses termos, o chamado esquema Wills Leal que consiste em estreitar os vínculos entre Mamanguape, Rio Tinto e Baía da Traição, para programa conjunto de visitação, com a primeira focalizando o segmento histórico e cultural, a

segunda a dimensão industrial e de serviços, e a terceira o aspecto balneário.

Em prol desse programa, Rio Tinto já oferece segura perspectiva. Dotada de bom restaurante e campus da Universidade Federal da Paraíba, com cursos de Desenho Industrial, Ecologia, Antropologia, Matemática e Computação, localizados nas antigas dependências da Fábrica Rio Tinto, a cidade também acolhe dois outros importantes projetos federais.

São eles o Guaribas, voltado para a preservação de extensa reserva florestal, e o do Peixe Boi Marinho que, mediante pesquisas e laboratórios, procura ressuscitar esse mamífero, a partir de seu habitat do estuário do Mamanguape.

Cabe-nos desenvolver um pouco esses dois projetos.

Segundo o geógrafo Giovanni Seabra, criada por decreto de janeiro de 1940, a reserva biológica Guaribas tem por finalidade proteger os diversos ecossistemas do tabuleiro costeiro e promover o repovoamento do macaco guariba de mãos ruivas (*Alouatta belzebu*) também conhecido como bregio-ruivo ou barbado.

Drenada pelo rio Camaratuba e seus afluentes, a Unidade de Conservação beneficia-se das nascentes de tributários daquele curso d'água que atuam como suprimento hídrico da unidade geoecológica. Contudo, a atividade agrícola do entorno compromete o equilíbrio ecológico da região, ameaçada com a retirada de madeira, lenha, frutos e desmatamento para cultivo da cana de açúcar.

A criação da reserva biológica propiciou, todavia, a recuperação dos ecossistemas, mediante a reintrodução de espécies pertencentes à fauna e flora silvestres, além de variáveis lenhosas como peroba, pau-brasil e embaúba. Tais medidas acarretaram recuperação das áreas anteriormente desmatadas.

Já o chamado Projeto Peixe Boi Marinho, gerenciado pelo Instituto Chico Mendes, visando a garantir a conservação do habitat e proteção daquele mamífero, insere-se na Área de Proteção Ambiental (APA) de Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável.

Trata-se de 14.460 hectares, que constituem a área de Proteção Ambiental da Baía do rio Mamanguape, contendo remanescentes da Mata Atlântica, consorciadas com manguezais que abrangem os estuários dos rios Mamanguape, Miriri e Estiva, dentro dos municípios de Rio Tinto, Marcação e Lucena. Além da proteção dos mamíferos marinhos, essa APA apresenta como missão conservar a flora nativa e os recursos hídricos, promover a educação ambiental, o turismo ecológico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

O problema básico consiste em que os resultados da operacionalização turística são lentos e somente se manifestam a, pelo menos, médio prazo.

Comprovação disso reside no mitificado Palacete dos Lundgren, objeto do quebra-quebra de 1945. Há décadas que se fala em convertê-lo em moderno hotel, mas, até hoje, nenhum passo foi dado nesse sentido. Em nossos dias, cogita-se de memorial indígena que nunca passou de vago projeto.

*Os manguezais
do rio
Camaratuba*



*E o santuário do
Mamanguape
sediam os
projetos Guariba
e Peixe Boi
Marinho*



A photograph of a riverbank. In the foreground, a small boat is moored near a tree. The river flows towards the background, bordered by dense green trees under a clear blue sky.

V

MARCAÇÃO E O QUE RESTA DOS ÍNDIOS

Sumário: 5.1. Os aldeamentos de Marcação e a FUNAI. 5.2. Ruralismo e economia pesqueira.



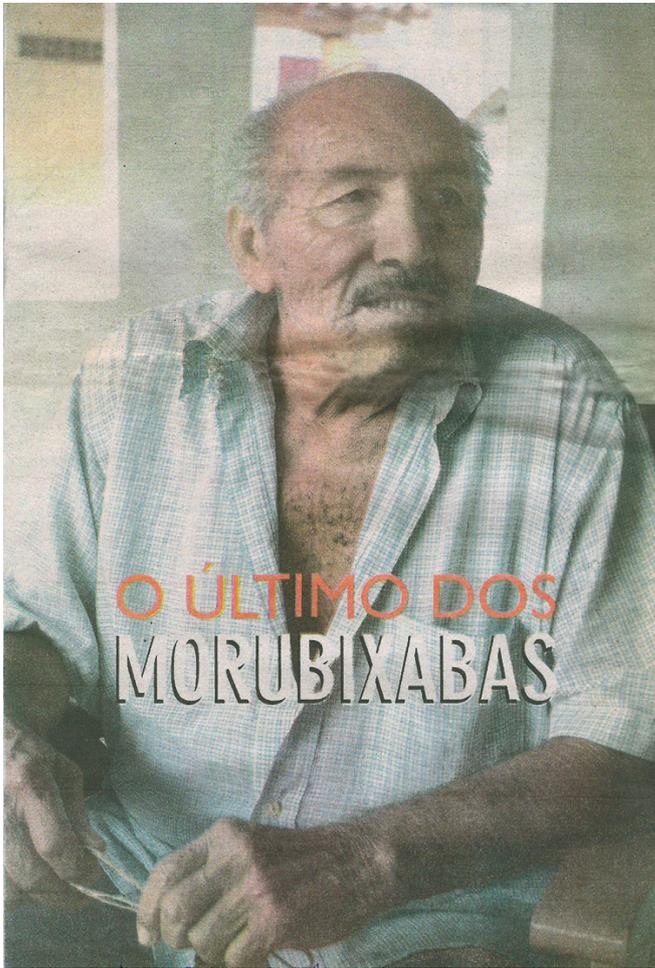
Emancipada de Rio Tinto, em fins da década de noventa, Marcação é o Benjamim, isto é, o mais novo dos municípios do litoral norte da Paraíba.

Historicamente, suas ligações verificaram-se com Baía da Traição, com que se limita ao norte. Isso explica sua forte composição étnica de natureza indígena.

Tal como na Baía, o município caracteriza-se pela existência de antigos aldeamentos potiguaras.

5.1. Aldeamentos de Marcação e a FUNAI – Graças à colaboração dos professores Pedro Eduardo Pereira, Genilson Silva de Lima e principalmente Maria do Socorro Carvalho de Oliveira, conseguimos levantar as aldeias indígenas de Marcação.

São elas Tramataia, Camurupim, Brejinho, Lagoa Grande, Val Caieira, Jacaré de César, Estiva Velha, Grupiúna, Grupiúna dos Candio, Camuci, Ibicuara, Jacaré de São Domingos e Três Rios.



Bisneto, neto e sobrinho de caciques, José Lima é um dos morubixabas da aldeia Jacaré César de Marcação.

Alguns desses topónimos, como Camurupim, Grupiúna, Camuci e Ibicuara são indígenas. O escritor baiano Adonias Filho dispõe de livro intitulado A Nação Grapiúna, referente a grupo tapuia da Serra dos Aimorés.

As aldeias indígenas de Marcação estão em boa situação, mediante a assistência da FUNAI. Esta, segundo nossos informantes, atua melhor que na Baía da Traição. As aldeias marcaçonenses não têm registrado a usurpação de seus vizinhos.

Os índios aí localizados são aculturados daí porque usam trajes civis, trabalham e estudam, com alguns deles cursando Universidades em Rio Tinto, Mamanguape e João Pessoa.

A propósito, é preciso acabar com o esteriótipo do índio nu ou de tanga, descalço, tocando maraca e o corpo besuntado de tinta. Isso só acontece por ocasião do ritual das festas religiosas.

O que caracteriza o índio não é essa falsa exteriorização formal mas sua ascendência étnica e cultural.

5.2. Ruralismo e economia pesqueira – A composição étnica de Marcação transmite-se à feição da cidade que é aldeã, ou seja, bem mais rural que urbana. Poucas ruas são calçadas e a arborização de coqueiros prevalece.

Mesmo assim, Marcação dispõe de Prefeitura, posto médico e escolas de que se servem os índios aldeados. Existem ainda dois Sindicatos, sendo um de Trabalhadores Rurais e outro de obreiros municipais.

A atividade econômica fundamental é a pesca, exercida através de rústicas embarcações de fabricação doméstica. Esses barcos também conduzem turistas até a barra de Mamanguape para visualização dos peixes bois marinhos.

Em Marcação, a pesca tem favorecido a instalação de restaurantes limpos e bem arrumados. Outra atividade econômica consiste no preparo da carne de caranguejo aratu, siri das pedras, ostras e mariscos, embalados para exportação.

VI



NEGRITUDE MAIS QUE INDIGENISMO EM MATARACA

Sumário: 6.1. A absorção dos índios pelos negros. 6.2. Evolução histórica e sócio-política. 6.3. Turismo e Economia. Bibliografia pela ordem das referências.

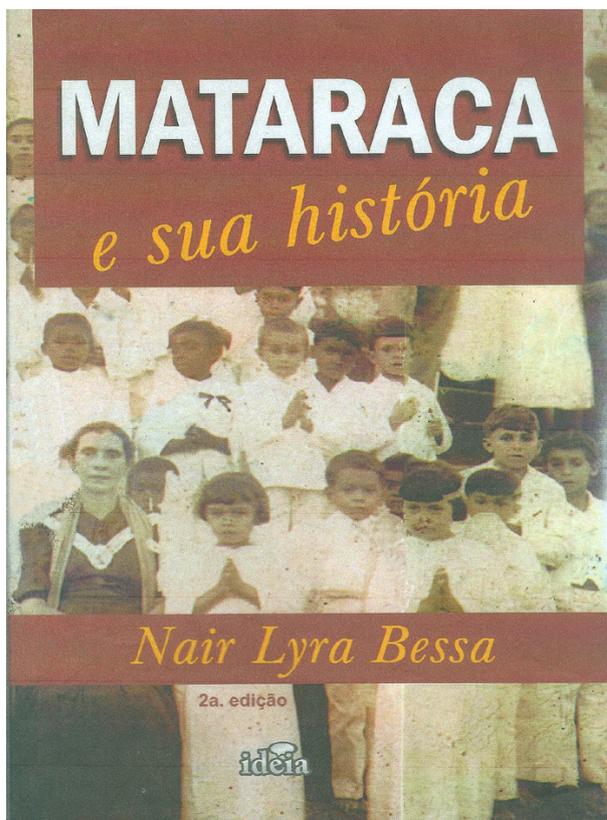


Localizado na extremidade do litoral norte da Paraíba, na divisa com o Rio Grande do Norte, e deste separado pelo rio Guaju, o município de Mataraca, com seu significado de, em linguagem tupi, monte de formigas, dispõe de várias singularidades.

Uma delas consiste na reduzida, ou mesmo nula, população indígena. Assinalada por sensível participação branca, resultante das grandes famílias aí localizadas, o lugar das laranjas doces e mulheres bonitas gerou representativos contingentes mulatos, resultantes do cruzamento de brancos com negros e esparsos estoques cafusos, derivados da fusão de índios com negros.

Tudo isso, em razão da penetração de escravos negros, como se verá.

Outra especificidade é de natureza historiográfica e reside no sólido livro de que dispõe – **Mataraca e sua história** (2013), da historiadora Nair Lyra Bessa, e já em segunda edição.



6.1. A absorção dos índios pelos negros – Segundo essa promissora estudiosa da história local, os indígenas que acamparam em Mataraca, como localidade do velho município de Mamanguape, cedo deslocaram-se para a aldeia de Montemór, na atual vila Regina, em Rio Tinto.

Destes irão constituir a base das mestiças populações rio-tintenses, a que já nos referimos na quarta unidade deste estudo.

Em seu lugar, emergiram os negros escravos das engenhocas dos rios Camaratuba, Pitanga e Guaju.

Instaladas em substituição aos primitivos currais de gado do vale do Mamanguape, registrados pelo holandês Elias Herckman, ainda no século XVII, essas rústicas fabriquetas de açúcar, em número de dezesseis, funcionaram, ao longo do século XIX, tendo por denominação Capuaba, Cumaru, Capuabina, São Bento, Água Fria, Catu do Rosário, Bitu e Engenho Campo Verde, com os respectivos proprietários levantados por Nair Bessa.

Para se ter ideia da relativa pujança dessas unidades produtivas, algumas das quais dotadas de casas grandes, a Catu do Rosário chegou a compreender onze engenhocas. Já a Cumaru funcionou até 1933, quando de alienação à Companhia de Tecidos Rio Tinto e posterior desapropriação pela FUNAI.

Embora a escravaria dessas fabriquetas de açúcar bruto, e aguardentes como a Jurupira, não fosse das mais numerosas, o elemento negro predominou sobre a indiada, o que explica a composição étnica de Mataraca algo refratária ao elemento indígena.

6.2. Evolução histórica e sócio-política –

Construída pelas beatas ainda no século XVIII, a Igreja de Bom Jesus constitui, com seu estilo barroco, o principal referencial histórico e social da antiga vila de Mataraca. Tal explica a liderança, no século passado, do cônego José Ribeiro Bessa que, ordenado

pelo arcebispo Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, peregrinou por municípios do brejo e agreste paraibanos, antes de se fixar em Baía da Traição, de 1945 a 60. Sua atuação em Mataraca, a um de cujos troncos familiares pertence, datou daí.

A matriz matakaquense ligou-se à Festa do Menino Jesus cujas raízes a vinculam ao comerciante Francisco Ribeiro Bessa, sobrevivente de um naufrágio. Os festejos profano-religiosos ainda hoje constituem os principais atrativos de Mataraca, tal como alardeado pelo cancionero popular:

“Não fui à festa de ano/Passei a noite pensando/Me lembrando das canoas/O povo se balançando/Tinha dois ônibus correndo/Tinha um carrossel rolando/E um baile no mercado”

Do ponto de vista urbano, o principal acontecimento de Mataraca correu por conta da inauguração do mercado público, a 4 de dezembro de 1933, pelo prefeito mamanguapense Sabiniano Maia, como imóvel candidato a tombamento pelo IPHAEP. Com quinze metros de frente e dez de fundo, trata-se de espécie de clube da localidade, visto lá se realizarem reuniões, bailes, com acolhida, ultimamente, até, da sede da Prefeitura.

No conjunto, a Igreja e a feira livre, nucleada pelo mercado público, fundamentaram a emancipação de Mataraca, verificada por lei de 17 de junho de 1963, sancionada pelo Governador Pedro Gondim. A partir daí, o município passou a contar com Prefeito, Vice-Prefeito e Câmara de Vereadores, além de comissariado de Polícia.

Mais recentemente, a cidade passou a sediar estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus.

6.3. Turismo e economia – Com catorze quilômetros de praias intituladas Pavuna, Baleia, Barra de Camaratuba, Barra de Guaju, Cajueiro da Praia, Três Irmãos e Morro do Funil, Mataraca oferece algumas possibilidades turísticas, pela proximidade da estrada BR 101 e equidistância entre João Pessoa e Natal. De mais a mais, são muito louvadas as perspectivas ecoturísticas da Barra de Camaratuba, como autêntico paraíso tropical.

A iniciativa privada adiantou-se através da construção de pousadas, dotadas de boas instalações e restaurantes especializados em frutos do mar. As potencialidades do município carecem, porém, de divulgação.

No plano econômico, Mataraca tem sua mão de obra utilizada por destilarias rio-tintenses, do outro lado do rio. A principal delas é a AGICAN que, embora pertencente a Rio Tinto, estende sua influência até Mataraca. Em razão, sobretudo, da expansão da cana de açúcar que ficou no lugar dos antigos gêneros de subsistência, cajueiros e mangueiras da localidade.

Por outro lado, o vinhoto que essas destilarias jogam nos rios e mar da região prejudicou a pesca, precária e artesanal. No município de Mataraca propriamente dito funcionam empresa de mineração e estrutura de energia eólica, com seus possantes cata-ventos modernos, destinados a captar a força dos ventos.

A empresa mineradora é a Millenium Mineração que, como subsidiária da Cristal Global do Brasil, empenha-se em explorar mina de titânio de 1.186 hectares.

O minério é retirado da jazida sob as dunas litorâneas com a utilização de um complexo de planta flutuante, consistindo em uma draga e quatro plantas fixas que produzem ilmenita, zirconita, rutilo e cianite, usados na produção de cerâmicas, refratários, eletrodos de solda e ligas metálicas. Durante a mineração tem sido executado programa de recuperação do meio ambiente, implicando na recomposição das dunas, fauna e flora locais, a partir da vegetação com fruteiras e espécies nativas.

Por seu turno, a geração de energia eólica encontra-se em franca expansão na Paraíba, por intermédio de reatores, instalados, em sua maioria, no município de Mataraca. As torres para captação dos ventos são plantadas em meio aos canaviais dos tabuleiros costeiros, nas praias e dunas. O principal centro de reatores eólicos constitui o Parque Eólico dos Ventos, situado no distrito de Barra de Camaratuba com sessenta turbinas do Parque Eólico Vale dos Ventos, e treze do Millennium. A licença para geração e exploração da energia eólica foi concedida à empresa Pacífic Hydro.

No parque eólico implantaram-se, inicialmente, 65 torres para aproveitamento dos ventos oriundos do oceano. O parque possui localização ideal, dotada de fortes ventos costeiros, extensa área disponível para instalação dos geradores eólicos, fácil acesso a veículos e maquinário, bem como conexão com a linha de transmissão. Toda energia eólica produzida – conclui o geógrafo Giovanni Seabra – é vendida à Eletrobrás, como organismo responsável pela distribuição.

BIBLIOGRAFIA PELA ORDEM DAS REFERÊNCIAS

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba – Lutas e Resistência**, 1ª impressão da 13ª ed. João Pessoa: A União, 2014.

BORGES, José Elias. “Índios paraibanos – classificação preliminar” in MELLO, José Octávio de Arruda e RODRIGUES, Gonzaga (orgs.). **Paraíba, conquista, patrimônio e povo – Por uma Seleção de Autores**, 2ª ed. J. Pessoa: Edições Grafset, 1993.

Conversações com o antropólogo Aécio Aquino, na década de 1980, sobre seus artigos, publicados no suplemento literário **Correio das Artes de A União**. J. Pessoa (Arquivos do Grupo José Honório Rodrigues).

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. J. Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

GOUVEIA, Hilton. “O francês de Acajutibiró” in **A União** de 21 de fevereiro de 2008.

PRADO, J. F. de Almeida. **A Conquista da Paraíba** (Século XVI a XVIII). S. Paulo: Cia Editora Nacional, 1964.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açucares – Política e Economia na Capitania da Paraíba – 1585-1630**. Bauru: EDUSC, 2007.





História da Conquista da Paraíba por um da Companhia de Jesus escrita nos fins do século XVI a mando do Padre Cristovam Gouveia, visitador da Companhia de Jesus na Província do Brasil. Campina Grande: FURNe/UFPB, 1983 (mais conhecido como **Sumário das Armadas**).

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil 1500-1627**, 6ª ed. São Paulo. Melhoramentos, 1975.

FARIAS, Eliane e BARCELLOS, Lusival. **Memória Tabajara – Manifestações de Fé e Identidade Étnica.** J. Pessoa: UFPB, 2012.

LIMA, Idelbrando Alves de. **Religiosidade na Paraíba Colonial: O Trabalho da Catequese Franciscana entre os Nativos.** J. Pessoa. Casa de José Américo, 2010.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos), 14ª ed. corrigida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938, p. 96.

SEABRA, Giovanni. **Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 2014.

MOONEN, Francisco. “Os Índios Potiguara da Paraíba” in **Boletim do NUPPO.** João Pessoa: UFPB, 1982.

ODILON, Marcos. **Santa Rita do Tibiry**. S/R, 1981.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do sistema colonial** (Século XVI e XVIII). 4ª ed. S. Paulo: Brasiliense/Cadernos CEBRAP. 1978.

HERCKMAN, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**. J. Pessoa: Procuradoria da Justiça do Estado, 1982.

MEDEIROS, Lapemberg. **Anuário Informativo do município de Santa Rita**. J. Pessoa: mimeo, 1937.

SANTANA, José de Arimatéia Alves. **Santa Rita & Seus Vultos Folclóricos**. J. Pessoa: Sal da Terra, 2006.

SILVA, Siéllyson Francisco da. **A Herança Cristã do Real ao Cumbe**. J. Pessoa: Idéia, 2007.

LEAL, Ana Maria Meira. **Capelas do Município de Santa Rita**. S/R., mimeo, 2001.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e M. **Nordeste, Açúcar e Poder** – Um Estudo da Oligarquia Açucareira na Paraíba (1920-1962). J. Pessoa: CNPQ/UFPB/Grafset, 1990.

RIBEIRO FILHO, João. **Santa Rita (Re)contada em Fatos e Fotos: Do Engenho à Emancipação**. João Pessoa: Sal da Terra, 2011.





BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba**, 2ª ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1994.

SOARES, Sidney e ANDRADE, Plauto Mesquita de (orgs.) **Enciclopédia dos municípios paraibanos**. J. Pessoa: Edições **Correio da Paraíba**, 1976.

Revista Fisco especial nº 125, dedicada ao IV Centenário da Paraíba, sob a coordenação de Mozart Montenegro e Hélio Zenáide. J. Pessoa: SEBRAE/PB, 1997.

Entrevistas com os jornalistas Wills Leal e Otinaldo Lourenço e geógrafa Janete Lins Rodriguez, janeiro 2016.

Produções sobre o poeta Américo Falcão: palestra da historiadora dra. Martha Falcão e documento cinematográfico do cineasta mestre Alex Santos: 2015/2016.

LIMA, José Fernandes de. **Pedro Poty, Bravo Índio Paraibano Opta pelo Domínio Holandês** (Antecedentes Históricos). J. Pessoa: ETFPB, 1971.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **No Rastro dos Flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

MOREAU, Pierre e BARO, Roulox. **Histórias das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos Tapuias**,

com tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Livraria Itatiaia, 1991.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003.

MOONEN, Frans e MAIA, Luciano Mariz (orgs.). **EtnoHistória dos Índios Potiguaras**. J. Pessoa: Procuradoria da República PB/SEC, 1992.

MOONEN, Frans. **Os Índios Potiguaras da Baía da Traição: Passado, Presente e Futuro**. J. Pessoa: CCHLA/UFPB, 1989.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada** (Um Estudo sobre a Formação do Centralismo em 30), 2ª ed. J. Pessoa: UFPB, 1992.

MOONEN, Frans. **Pindorama Conquistada – Repensando a Questão Indígena no Brasil**. J. Pessoa: Editora Alternativa, 1983.

PRODER – Programa de Emprego e Renda, **Baía da Traição**. J. Pessoa: SEBRAE/PB, 1996.

FREIRE, Maria das Neves Padilha do Prado. **Baía da Traição: A Acajutibiró dos Potiguara**. J. Pessoa: Comissão do IV Centenário, 1985.





MELLO, José Octávio de A. “Arqueologia Industrial e Cotidiano em Rio Tinto” in PANET, Amélia (org.) et alia. **Rio Tinto: Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano**. J. Pessoa: UNIPÊ, 2002.

GÓES, Raul de. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964, com a crítica de José Octávio – “Ó Sueco de Raul Góes e a História de Rio Tinto”, in **Correio das Artes**, suplemento literário de **A União** nº 58, 27 de novembro de 1977.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. J. Pessoa: Grafset, 1986.

PRODER – Programa de Emprego e Renda. **Rio Tinto**. J. Pessoa: SEBRAE/PB, 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste** – O caso da Paraíba (1945-64). J. Pessoa: UFPB, 2001.

Entrevista com o executivo Ivan Burity, janeiro de 2016.

Entrevista com os professores Pedro Eduardo Pereira, Genilson Silva de Lima e Maria do Socorro Carvalho de Oliveira, de Marcação, fevereiro de 2016, com os principais créditos para esta última.

BESSA, Nair Lyra. **Mataraca e sua História**, 2ª ed. J. Pessoa: Idéia, 2013, seguido de entrevista com a autora, janeiro de 2016.